

Média e Cidadania

1. Quero agradecer o convite para participar nesta Conferência e dizer, em nome do Presidente da Fundação Dr. Emílio Rui Vilar e em nome do Conselho de Administração do gosto que temos em nos associar a este encontro organizado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social sob o título “Média e Cidadania”.

Permitam-me que cumprimente de forma especial o Dr. Azeredo Lopes Presidente da ERC que com muita satisfação voltamos a acolher nesta Fundação.

2. A Fundação presta desde há longos anos, desde o início dos anos 90, grande atenção a estas matérias da Comunicação Social nas suas múltiplas facetas designadamente a dois temas que vão ser debatidos entre hoje e amanhã neste auditório: a questão da regulação e as matérias relacionadas com a privacidade, e a violência nos média;

3. Eu próprio tenho vindo ao longo das últimas três décadas a escrever sobre este tema da comunicação social e em particular da televisão e do seu papel no contexto da informação e da educação dos cidadãos não apenas em Portugal, mas também dos cidadãos

que por esse mundo fora apenas têm acesso aos canais de características eminentemente comerciais.

Se me permitem citar-me a mim próprio, foi neste contexto que eu afirmei já lá vão mais de dez ou quinze anos:

“Não se pretende que a televisão seja um meio ao serviço da educação, mas ao menos evite-se fazer tudo ao contrário do que se pensou que a televisão podia ser. Porque o que está a acontecer conduz necessariamente a que os extractos sociais mais cultos e economicamente mais poderosos e que têm acesso aos canais temáticos continuem a aprender e a cultivar-se, enquanto os restantes têm de se contentar com programações muitas vezes “indigentes”, que os entretêm, se calhar até os divertem, mas cujo “resíduo sólido” é positivamente nulo.

Compreendemos que os accionistas e as empresas proprietárias dos canais de televisão não estejam interessados em perder dinheiro e que o seu objectivo seja a rentabilidade e a taxa interna de retorno do investimento feito, mas um pouco mais de preocupação com a educação e com a cultura na programação do horário nobre, seria seguramente contributo significativo para aumentar as oportunidades de aprendizagem para muitos portugueses.”

E noutro passo do mesmo texto acrescentava:

Com as transformações que a comunicação social está a sofrer quer no plano tecnológico quer ao nível das empresas, dos grupos e dos sistemas de controle e decisão, talvez seja útil iniciar um verdadeiro debate sobre o que deve ser a televisão

como serviço público, quem o deve prestar, quem o controla e quem o financia porque a situação que se vive não nos parece que possa ou deva manter-se por muito mais tempo.

Em relação às questões da cidadania num texto que publiquei já em 2005 e em que abordava as responsabilidades que cabem à família e à escola no processo educativo dos mais jovens escrevia eu:

“Para além da família e da Escola importa igualmente referir o papel que hoje desempenham os “media” como elementos quase sempre determinantes dos comportamentos e das atitudes dos cidadãos, independentemente do grupo etário a que estes pertençam. A comunicação social, e em especial a televisão, constituem, nos nossos dias, elementos que exercem uma enorme influência sobre os cidadãos parecendo claro que muitas vezes, esta influência se mede por resultados muito negativos. Apesar da parafrenália informativa a que os cidadãos estão sujeitos é indiscutível que muitos destes cidadãos continuam deficientemente informados ou informados de forma distorcida e neste sentido, incapazes de assumir posições como cidadãos que entendem e racionalizam as questões que os afectam a eles e à comunidade a que pertencem.”

E mais adiante acrescentava:

“No que se refere à Sociedade do Conhecimento e da Informação que tem vindo a ganhar estatuto de “panaceia universal” capaz de resolver e ultrapassar todos os grandes males com que se debate o Mundo, é importante igualmente que se reflecta e pense sem quaisquer constrangimentos sobre os seus contornos e as suas eventuais perversões.

Sendo indiscutível que o conhecimento e a transmissão do saber e da informação são talvez os factores mais determinantes do “trilho” que as sociedades vão conseguir percorrer nas próximas décadas, parece no entanto da maior importância não desprezar os “efeitos secundários” deste “tsunami” informativo em que se pode transformar um processo que tantas esperanças geraram em muitos de nós.”

“Como dizia recentemente José Pacheco Pereira, este é um processo em que a multiplicidade de meios de informação ameaça “pegar-se” a cada um de nós e desse modo condicionar os cidadãos a agir de acordo com a vontade e os objectivos de quem comanda a informação ou seja os grandes grupos de interesse que se vêm formando neste sector e que ameaçam tornar-se nos detentores do “poder” que maior influência exerce sobre as sociedades modernas.

Evitar que este controle se torne excessivo é tarefa de todos os que defendem sociedades abertas, livres e plurais onde cada um pode desempenhar um papel relevante enquanto cidadão que pensa e age de acordo com a sua própria consciência. Para isto mais uma vez se torna necessário insistir na ideia de que importa formar cidadãos que pela sua personalidade e pelas suas referências (ideológicas, políticas ou religiosas) têm a capacidade para se libertar dos condicionalismos que outros lhes querem impor através de um sistema e um processo quase universal de “manipulação” não apenas da informação mas igualmente de muitos outros aspectos da vida do cidadão.

Quando vemos que existem hoje muitos cidadãos pelo mundo que dedicam a maior parte do seu tempo a ver televisão ou a ler o que se passa com os protagonistas de televisão e que

pensam sobretudo em função do que a televisão lhes vai mostrando, constatamos que esses cidadãos não só assumem que a "agenda" de acontecimentos relevantes é a que a televisão lhes impõe como igualmente exprimem as suas posições de acordo com o conteúdo que lhes foi descrito e com o tempo de validade que essa mesma televisão definiu. Ou seja, os cidadãos, ou pelo menos uma grande parte deles, vive ao ritmo da televisão e actua apenas em função do que a televisão lhes mostra."

Eu, como não sou hoje em dia um grande consumidor de televisão não consigo medir com rigor o que estas posições representam em relação ao que se passa hoje no universo das nossas televisões, mas estou convencido de que a situação não se deve ter alterado de forma muito significativa.

Ou seja, debates como os que vamos aqui ter nestes dois dias são com certeza da maior relevância e utilidade para quem tem responsabilidades aos mais diversos níveis da comunicação social em Portugal.

Pessoalmente aguardo com alguma ansiedade as conclusões e recomendações que aqui forem produzidas.

O País precisa de uma Comunicação Social dinâmica, rigorosa e atenta aos grandes problemas que as sociedades modernas enfrentam, em particular num momento difícil para o País resultante de uma convergência de crises internas e externas que nos

fragilizaram e nos colocaram numa posição vulnerável e de grande delicadeza.

Eu sempre tive grande confiança no sentido da responsabilidade de todos os que desempenham um papel na condução dos órgãos de comunicação social e por isso quero querer que esta Conferência Internacional vai ser um grande momento de reflexão e debate em que certamente não estarão todos de acordo, mas que todos quererão transformar numa grande oportunidade para fazer progredir um sector que é vital para a saúde da nossa democracia e para a garantia das liberdades.

Faço votos para que se sintam bem nesta Vossa Casa, a Fundação Gulbenkian, que vos acolhe como sempre com grande satisfação e entusiasmo.

18.10.10

Eduardo Marçal Grilo